

Net-ativismo e política na era do big data e dos algoritmos^{1 2}

Marina MAGALHÃES³

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB

Resumo

Diante das novas formas de conflitualidades irrompidas em latitudes distintas, emergidas e veiculadas por meio das redes sociais digitais, somos convidados a refletir sobre a transformação da qualidade da ação em rede na paisagem contemporânea. A ruptura da premissa moderna de que “tudo é política” torna-se fundamental para pensarmos a qualidade desta ação nos nossos dias. Entre as leituras que abordam o fenômeno, lançamos um olhar crítico-analítico na direção daquelas que dimensionam o net-ativismo nos quadros de um agir político, no âmbito de uma nova esfera pública digital. Nesse sentido, propomos neste artigo uma reflexão sobre como a política se inscreve na situação de dilúvio de informações e de dados da cultura das redes em sua fase mais recente, marcada pela expansão do big data e da ação dos algoritmos.

Palavras-chave: Algoritmos; big data; net-ativismo; política; redes sociais digitais.

Introdução

Os caminhos para pensar a qualidade da ação em rede no âmbito das redes sociais digitais se transformam no compasso das inovações tecnológicas e das formas de conflitualidades que brotam no cenário global contemporâneo. A temática desafia os investigadores de diversos campos, sobretudo da Comunicação, por não mais se tratar de algo estático e externo ao homem, mas de um fenômeno que transcende as posições divididas entre sujeito e objeto, ou as separações entre homem, natureza e tecnologia.

A crise da política como uma herança do niilismo moderno, que colocou em xeque os conceitos de soberania, Estado-Nação, imperialismo ou colonialismo, cidadania e sujeito político (LYOTARD, 1988; VATTIMO, 1992), também veio transformar a própria ideia de política, oferecendo novos significados para aquilo que, em seu sentido original, consistia em algo que se desenvolve entre os homens (ARENDRT, 2002).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Este trabalho deve ser avaliado não somente para apresentação no GP, como também para o e-book GP Comunicação e Cultura Digital.

³ Doutora em Ciências da Comunicação (Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias) pela Universidade Nova de Lisboa. Professora do curso de Comunicação Social (Educomunicação) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG) e do curso de Jornalismo da Uninassau João Pessoa. Ainda atua como professora convidada do Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias da Universidade Lusófona do Porto (Portugal) e como investigadora integrada ao ICNOVA e ao Centro de Pesquisa ATOPOS, e-mail: marinamagalhaes@msn.com.

Tal ruptura da premissa moderna de que “tudo é política” torna-se fundamental para pensarmos a qualidade da ação em rede nos nossos dias, uma vez que distintas correntes teóricas voltadas para a compreensão deste novo tipo de ação e participação nas redes sociais digitais ainda situam o fenômeno a esfera da política. Por esta razão, propomos uma reflexão sobre como a política se inscreve na situação de dilúvio de informações e de dados da cultura das redes em sua fase mais recente, marcada pela expansão do big data e da ação dos algoritmos, que trouxeram os elementos não humanos de volta ao centro do debate (LATOURE, 2012) sobre o social.

Neste artigo, de natureza teórico-crítica, buscamos refletir sobre a questão a partir da abordagem da participação social (DI FELICE, 2010) nas redes sociais digitais, nomeadamente sobre como isto acarreta transformações nos campos mais diversos da vida cotidiana, sem ignorar os riscos inerentes a uma sociedade dos dados (KERCKHOVE, 2018, in MAGALHÃES, 2018a). Em seguida, apresentamos a teoria das redes como um novo sistema operativo social (RAINIE e WELLMAN, 2012), que observa a tecnologia como algo oposto a um recurso isolante, como estágio ulterior de uma revolução tripla – redes sociais, internet, telefonia móvel – fomentadora de um novo espaço público formado por indivíduos conectados.

Somamos ao debate das redes como nova esfera pública digital a visão que reconhece a existência de uma cultura de massa no interior da cultura digital (TERRANOVA, 2004), capaz de coabitar com um sem número de microsssegmentações que fazem da multidão conectada um espaço para experimentação da atividade política. Por fim, ainda na dimensão política da qualidade ação em rede, tratamos das experimentações de ativismo em rede enquanto amplificação um agir político sem partido (CASTELLS, 2013) – e, portanto, aparentemente dissociado dos moldes tradicionais das suas instituições, em acentuada crise na contemporaneidade.

A inscrição da política na era do big data e dos algoritmos

As quatro revoluções comunicativas – a escrita (no século V a.C., no Oriente Médio), o surgimento da prensa (século XV, na Europa), a cultura de massa na era da eletricidade (séculos XIX e XX, no Ocidente) e a cultura digital (século XXI, em todas as latitudes) – proporcionaram, cada uma à sua maneira, transformações profundas nos modelos de comunicação e organização das sociedades, culminando num processo

crescente de desmaterialização da informação que afetaria todas as esferas da vida nos mais distintos modelos de sociedade.

Se desde os primórdios as tecnologias midiáticas apresentaram vocações democráticas relacionadas ao acesso à informação, não devemos ignorar o avanço da participação popular nesses processos. Conforme elenca Di Felice (2010), inicialmente o teatro servia de palco para a democracia ateniense, com o voto do público nos espetáculos e as discussões sobre a pólis. Depois, a prensa de Gutenberg veio possibilitar a reprodução de periódicos e livros em larga escala, retirando o monopólio dos livros aos monges e às hierarquias eclesiásticas; seguida, quatro séculos depois, por um processo acelerado pelo advento da eletricidade e, com esta, dos *media* de massa. Estes últimos são considerados fundamentais para a difusão e a consolidação dos estados nacionais, marcando o desenvolvimento da sociedade pós-moderna.

Finalmente, após a quarta revolução comunicativa, a revolução digital, com a transformação do modelo de comunicação bidirecional (baseado na distinção identitária entre emissor e receptor comum aos *media* de massa) ou piramidal (com o topo da pirâmide dominado pelo Estado e pelos conglomerados midiáticos) num modelo rizomático (DELEUZE e GUATARRI, 1995) ou reticular, novas mudanças se disseminaram nessa lógica horizontal que potencializou o fim dos pontos de vista centrais.

Com a informação cada dia mais desmaterializada, disponível em todo o lugar e acessível a partir de qualquer ponto, componente elementar da época do big data⁴, poucos campos da vida cotidiana restam intocados por essa transformação. Desde as automatizações nos processos de trabalho a partir dos softwares da gestão de tarefas, passando pelas digitalizações dos encontros afetivos em redes como Skype, Tinder e Grindr, pela renovação dos elementos não humanos – de um frigorífico ao planeta Marte – como nossos informantes (LATOUR, 2012; LEMOS, 2013) à moda *internet of things* até propriamente as formas de fazer, pensar e contestar a política encontram nova configuração na sociedade informatizada.

Enquanto antes do incremento do digital as informações relacionadas às gestões políticas amontoavam-se em pastas e arquivos cobertos por burocracia e pó nos gabinetes

⁴ De acordo com Mayer-Schönberger e Cukier (2013), o termo cada vez mais relevante na sociedade da informação foi cunhado por ciências como Astronomia e Genômica, embora o conceito esteja migrando para todas as áreas de desenvolvimento humano.

das repartições públicas, em tempos de transparência os dados devem ser atualizados à velocidade dos cliques.

Os dados já não são mais lembrados como estatísticas ou coisas obsoletas, as quais perdem a utilidade quando o propósito pelo qual foram coletadas tenha sido alcançado, como depois (...) de uma consulta de pesquisa ser processada. Ao invés disso, os dados tornaram-se um material bruto de negócios, um contributo econômico vital, utilizado para criar formas de valor econômico (MAYER-SCHONBERGER e CUKIER, 2013, p. 16 – Tradução nossa).

Numa velocidade nunca imaginada, o big data atualizou, nos mais diversos campos, aquilo que Pierre Lévy (2003) havia chamado de inteligência coletiva: uma inteligência distribuída por todos os lados, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, resultante de uma mobilização efetiva das competências. Ou, mais apropriadamente, no caso dos sistemas e algoritmos, legitimaram aquilo que havia sido definido por John McCarthy como *inteligência artificial*, capaz de executar funções que, caso fossem realizadas por humanos, seriam consideradas inteligentes.

Antes de nos lançarmos na discussão sobre as novas possibilidades de participação e colaboração através do atual modelo de comunicação em rede, cumpre explicar que este dilúvio informacional, o qual ajudamos a alimentar com a partilha de dados sobre nossos deslocamentos, interesses, posições políticas e religiosas – seja de forma consciente (através de publicações em redes como Facebook, Instagram, YouTube ou Twitter), inconsciente ou distraída (através de acessos a aplicativos, pesquisas em motores de busca e sites de compras, etc.) –, também nos leva a refletir sobre a dimensão da real agência do chamado “indivíduo” no processo de transmissão de informação. Como afirmam Sara Orsi e Luisa Ribas (2018), dados em formatos distintos, como sons, imagens e textos, referentes ao trabalho, ao lazer e até mesmo às emoções, passaram a estar fragmentados em unidades da mesma espécie e a coabitarem nas mesmas bases de dados não hierarquizadas. Na falta de uma ordem preestabelecida, “os algoritmos são invocados como poderosas entidades que governam, julgam, organizam, regulam, classificam, ou de outra forma disciplinam o mundo” (BAROCAS et al., 2013, p. 3).

Embora estes pareçam entidades distantes e invisíveis para a maioria das pessoas, os tablets, smartphones e smart TVs, os veículos e semáforos inteligentes, os mecanismos de busca na internet, sistemas de aprovação de crédito bancário, entre tantos dispositivos, dão pistas da presença dos algoritmos na paisagem contemporânea, entrelaçados nas relações sociais, econômicas e políticas. Os algoritmos agem a partir de uma avaliação de

relevância de dados, sendo capazes de obter quais informações são mais ou menos importantes para cada pessoa, produzindo “públicos calculados, amostras que passam a reconfigurar a visão que possuem do seu próprio grupo” (SILVEIRA, 2018, p. 273).

Independentemente da nossa ação direta como informantes nesses processos, a manipulação de dados operada pelos algoritmos transforma o modo como vivemos, consumimos e nos relacionamos com o mundo. Revela também os nossos rastros, orientando as nossas tomadas de decisão e as estratégias adotadas pelos *media*, pelas empresas, pelas instituições e pelos Estados, correspondentes a temas que vão desde campanhas de marketing político (como no caso do vazamento de dados de usuários do Facebook para a empresa Cambridge Analytica)⁵ a políticas públicas implementadas por cada governo⁶ – ultrapassando, indubitavelmente, essas fronteiras.

Derrick de Kerckhove (2018) alerta para os riscos dessa transformação, quando afirma que o governo, a gestão dos corpos e que até mesmo das mentes, em espaços físicos e virtuais, estão nas mãos de algoritmos. Para o autor, o mundo permeado pelo big data pode nos levar da democracia à *datacracia*, com a passagem do aparato estatal do orgânico para o tecnicismo. Dito de outro modo, estaríamos a um passo de uma ditadura dos dados, de um modelo de engenharia social que delega todos os poderes decisórios do governo ao big data, à inteligência artificial e à robótica, como os modelos em andamento em países como a China, com sistemas estatais de vigilância em massa (DIAS, 2018).

Se pensarmos fundamentalmente, já estamos delegando nossas capacidades cognitivas (e até emocionais) aos sistemas de inteligência artificial. Os algoritmos já estão dominando o mundo. (...) De fato, o que está acontecendo após a adoção global da Internet é uma diminuição gradual das liberdades e garantias civis que associamos à ideia de democracia ocidental (KERCKHOVE, 2018, in MAGALHÃES, 2018a, p. 16).

Se a realidade contemporânea vem sendo cada vez mais regulada de acordo com uma nova ordem que parte da coleta e análise dos dados, transferidos para a inteligência

⁵ Escândalo sobre a coleta de informações de mais de 50 milhões de usuários do Facebook que a Cambridge Analytica começou a recolher em 2014. Os dados foram manipulados, de forma ilegal, para direcionar determinados conteúdos a usuários a fim de ajudar políticos a influenciar eleições em seus países, como no caso da votação do Brexit, sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, e a eleição do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, em 2016 (GRANVILLE, 2018).

⁶ Ainda que na administração pública brasileira o nível de soluções algorítmicas seja pouco expressivo, algumas soluções automatizadas estão sendo substituídas por algoritmos mais complexos, como os semáforos inteligentes e o gerenciamento algorítmico da prioridade de atendimento nas repartições públicas (SILVEIRA, 2018). Acrescentamos, ainda, a aplicação de algoritmos de reconhecimento facial como dispositivos e tecnologias de controle, em franca expansão em diversos estados do Brasil.

artificial que programa com propósitos distintos a partir dessas informações, o arranjo político, econômico e cultural de instituições e dispositivos em rede também parece pouco democrático para Sérgio Amadeu Silveira (2018), pelo seu potencial de fortalecimento das corporações.

Esta linha de pensamento crítico sobre o avanço da centralidade tecnológica apresenta-se como um contraponto após uma ressaca dos movimentos de ativismo em rede, conhecidos como *net-ativismo* (DI FELICE, 2010) ou *redes de indignação e esperança* (CASTELLS, 2013), que emergiram em diversos países nas últimas décadas, num cenário de crise da democracia ocidental. Frente a movimentos como a Primavera Árabe (no norte da África e no Oriente Médio); o Movimento 5 Stelle, na Itália; a Geração à Rasca, em Portugal; o Movimento 15-M, na Espanha; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, analisados empiricamente em obra anterior desta autora (MAGALHÃES, 2018b), surgiram teorias que trataram a qualidade da ação em rede na perspectiva da participação sociopolítica. Nos próximos tópicos buscaremos uma abordagem teórico-crítica de algumas dessas interpretações.

O novo sistema operativo social das redes

Lee Rainie e Barry Wellman (2012) pensam a qualidade da ação em rede a partir da ideia de um individualismo conectado, enfatizando uma potencialização da autonomia que reside na gestão das redes criadas por cada indivíduo. Na visão dos autores, nenhuma tecnologia é vista como constituinte de um sistema isolado ou isolante, mas como algo entrelaçado, de forma cada vez mais evidente, à vida pessoal de cada um.

Este individualismo conectado representaria o novo *sistema operativo social*, em contraste com o duradouro sistema operativo até então formado em torno das grandes e pequenas burocracias hierárquicas. Logo, figuraria como “sistema operativo” porque descreve as formas que as pessoas se conectam, comunicam e trocam informações, mas também evidencia que a sociedade, assim como o sistema de computador, tem conectado estruturas que providenciam oportunidades e restrições, regras e procedimentos.

Na visão de Rainie e Wellman (2012), como a maioria dos sistemas operativos computacionais e de todos os sistemas móveis, o sistema operativo da rede social é *pessoal*, pelo fato do indivíduo estar no centro autônomo da sua rede e por esta ser alcançada do seu computador ou dispositivo próprio; *multiuso*, porque pessoas estão interagindo com numerosas outras; *multitarefa*s, por estarem desenvolvendo coisas de

naturezas diversas; e *multiemaranhado*, por seus usuários estarem fazendo tais coisas mais ou menos simultaneamente.

Diante de mundos sociais múltiplos, possibilidades de autonomia (cada pessoa pode criar o seu conteúdo e personalizar a sua experiência de internet) e de presença contínua (na qual a separação física de tempo e espaço não parece mais importante), tal individualismo conectado seria fruto de uma *tripla revolução*. Os autores indicam, como marco inicial desta revolução, as inovações responsáveis por encurtar distâncias em épocas anteriores à web, de forma mais acelerada no período pós-industrial.

A *rede mundial de computadores* é apontada como o segundo vértice para a extensão do agir deste indivíduo conectado, através das possibilidades de gestão de conteúdo e da realização de consultas/pesquisas de informação, tendo impulsionado ainda a formação de grupos com interesses diversos, em um modelo de comunicação aberto em que os seus membros têm a oportunidade de se expressar nas redes em que fazem parte⁷.

Já a etapa ulterior da revolução tripla teria sido acelerada pelas *comunicações móveis* via smartphones, tablets etc., por meio das quais inauguram-se experiências como *presença conectada* (a possibilidade de se fazer presente independente das interações face a face), *ausência presente* (quando o usuário se situa presencialmente num ambiente, mas a sua atenção está voltada para as conexões digitais) e *presença ausente* (referente à participação à distância viabilizada pelas conexões em rede).

De certo modo, a perspectiva da conectividade oferecida por Rainie e Wellman (2012) realça a superação das barreiras espaço-temporais desde logo alardeada na então chamada *cibercultura* (LÉVY, 2003), avançando acerca da dissolução de outras barreiras (online/offline, realidade física/realidade digital etc.) que fazem cada vez menos sentido nos tempos dos *media* móveis. Porém, a ênfase na autonomia do “usuário” na criação e compartilhamento do conteúdo, por meio da qual os papéis entre produtores e consumidores também se confundem, acaba por realçar a ideia deste como sujeito da ação e da rede, como a figura central de uma nova esfera pública digital.

Nessa tripla revolução em que as redes sociais, a internet e a telefonia móvel alargaram as fronteiras dos ciclos sociais para uma dimensão infinitamente mais ampla e diversificada, a noção de indivíduos conectados (os ditos usuários) chega para substituir

⁷ Neste ponto não podemos ignorar os efeitos recentes das bolhas criadas pelos algoritmos nas redes sociais digitais, responsáveis por direcionar determinados conteúdos a grupos específicos de usuários, com base em dados recolhidos sobre ações e preferências que definem cada perfil (SILVEIRA, 2018).

a de membros de grupos. Logo, as redes sociais digitais passaram a ser vistas como um “aprimoramento” das redes sociais “desconectadas”. Tal melhoria estaria na oportunidade de conexão a redes que se mostrarem mais úteis de acordo com as necessidades de cada indivíduo – de aconselhamento médico e jurídico, suportes emocionais, auxílios em necessidades logísticas, recomendações culturais (de restaurantes a livros) até mobilizações políticas. “São aqueles para quem as opiniões políticas carregam maior peso” (RAINIE e WELLMAN, 2012, p. 13 – Tradução nossa).

Ainda que para os autores a qualidade da ação em rede não seja observada na perspectiva de um agir exclusivamente político, tais redes não deixam de ser compreendidas como um mero prolongamento do espaço público, um ambiente de discussões para tomadas de decisão – desde questões simples, cotidianas – e para a formação de forças colaborativas. “São meios mais amplos que dão às pessoas o seu lugar na vida, fornecendo-lhes modos de se conectarem à mais extensa fábrica da sociedade” (RAINIE e WELLMAN, 2012, p. 13 – Tradução nossa).

Uma vez que o novo meio é considerado a nova vizinhança, a internet tem o seu papel reconhecido como um canal de participação, de conexão sobretudo ao que não está fisicamente no entorno dos indivíduos conectados. E o novo poder de criar meios e projetar as suas vozes às mais extensas audiências vêm se tornando parte dos novos mundos sociais impulsionados pela tripla revolução. Assim, as linhas entre informação, comunicação e ação são cada vez mais borradas, na medida em que os “indivíduos conectados usam a internet, os smartphones e redes sociais para obter informação na ponta dos dedos e agir a partir delas, delegando as suas reivindicações a especialistas (sejam estes válidos ou não)” (RAINIE e WELLMAN, 2012, p. 14 – Tradução nossa).

Entre os reflexos evidenciados nos campos de acesso e produção da informação, os autores também destacam os recursos para mudar o mundo – a vizinhança ou situações adversas – através de uma maior organização da atividade política. Ainda que não resumam o ativismo em rede à essa esfera, insistem em redimensionar as redes como uma ampliação do social desconectado ou como um prolongamento da experiência física: um espaço público digital composto por indivíduos atores, autônomos das suas ações nesse novo sistema operativo social. Porém, não seriam os não humanos – o big data, os algoritmos, os sistemas de conectividade etc. – também atores nesse processo?

Massas e microssegmentações da esfera pública digital

Para pensar a qualidade da ação em rede no contexto desta assembleia heterogênea que é a cultura conectada, com uma abundância sem precedentes de resultados informativos e de aceleração das dinâmicas de informação, Tiziana Terranova (2004) aborda as suas implicações, no interior de uma possível dimensão política da comunicação, a partir da seguinte questão: “É ainda possível falar dos media como uma ‘esfera pública’ na era da propaganda de massa, dos oligopólios midiáticos e da guerra da informação?” (TERRANOVA, 2004, p. 10 – Tradução nossa).

Se a massificação for tomada como um campo para a propagação de afecções, também pode ser vista como capaz de incluir audiências especializadas e, no caso da internet, microssegmentadas. Tal meio comum, interconectado por fluxos de imagens e afetos, é apontado pela autora como um lugar de surgimento de novos experimentos políticos. Sua análise sobre a constituição do biopoder comunicativo como forma de resistência numa cultura conectada parte da lacuna de transparência e de prestação de contas existentes nas instituições públicas oriunda de uma cultura do secretismo, responsável por minar o bom funcionamento da democracia.

Isto porque a tríade “comunicação, transparência e democracia” é apontada por Terranova (2004) como uma das premissas do pensamento moderno. A democracia não apenas deveria garantir, mas ser garantida pelos direitos dos seus cidadãos à representação em ambas as esferas, política e comunicativa; ao acesso às informações relativas ao exercício do serviço público e a serem representados no espectro das posições. Em outras palavras, “liberdade de informação e comunicação sustenta a liberdade de expressão, liberdade de expressão sustenta a democracia” (TERRANOVA, 2004, p. 132 – Tradução nossa).

Em outras palavras, o acesso ao espaço público da comunicação e informação é tomado como condição elementar para que os cidadãos possam aprender sobre o funcionamento da *res publica*, desenvolver uma opinião informada, expressá-la e pressionar os governos. Desde a ascensão da burguesia, à qual Jürgen Habermas (1991) remonta o surgimento da esfera pública como um espaço independente politicamente para racionalizar o exercício público da autoridade, a opinião pública aceitava que o poder de governar fosse delegado, desde que se preservasse o direito de monitorar os políticos.

O poder esmagador constituído pelos *media* tradicionais – jornal, rádio, televisão, etc. – na vida política da social democracia teria levado, segundo Terranova (2004), a

inúmeras teorias a respeito da emergência de uma nova esfera pública, ainda que a relação entre a comunicação e a democracia nunca tenha sido o domínio exclusivo de uma esfera pública em que cidadãos monitorassem a ação dos eleitos e incontáveis governos. Em sua visão, a maior parte da sociedade não se sentia incluída como “cidadão iluminado” pensante desta esfera, o que contribuiu para que o papel de formador de opinião fosse delegado à cultura de massa, progressivamente entrelaçada aos interesses políticos.

Tal fenômeno seria provado, mais notoriamente, desde os regimes totalitários de meados do século XX, quando a comunicação não representava apenas um caminho para o acesso à informação e ao debate público, mas a manipulação através de diversas táticas (da propaganda à censura e distorção). Tal manipulação midiática ao longo das democracias de massa, por parte dos que puderam financiá-la, nem de longe lembraria a esfera composta por indivíduos engajados em debater os interesses públicos.

Sendo assim, a solução contra a corrupção dos meios de comunicação tradicionais pelos interesses privados passaria pela reconstituição de um espaço livre e aberto de comunicação, indicado como chave para o retorno a uma vida democrática mais autêntica. As esperanças para a composição desta nova esfera pública como espaço alternativo aos velhos *media* foram colocadas na internet e na sua *multidão conectada* em modo *ciberdemocrático*, que teriam revelado um meio político eficiente em termos de poder de mobilização e de abertura ao acesso à informação.

Essa massa conectada é percebida por Terranova (2004) como reveladora de um tipo de poder ativo de diferenciação: é ainda massa, mas não pode ser feita para formar uma maioria estável em torno de algum tipo consenso; do mesmo modo que os segmentos têm perdido algo da sua rigidez na recombinação dos fluxos informacionais. Trataria-se, mais, de um campo político que não pode ser reduzido a um significante único (como a classe trabalhadora), tampouco dividido em segmentos com identidades socioculturais completamente distintas (nem mesmo aquelas híbridas), aproximando-se de um espaço que é *comum* sem ser necessariamente *homogêneo* ou *igual*.

Movimentos ativistas globais como aqueles contrários às políticas neoliberais – assembleias do Fórum Social Mundial, movimentos indígenas, organizações não-governamentais etc. – são apresentados como exemplos deste tipo de experimentação, com os problemas e potenciais relativos ao processo. Todos eles teriam conferido, ainda que de forma temporária, uma poderosa visibilidade aos processos de comunicação horizontal e difusa desenhados tanto a partir das tecnologias recentes (entre celulares com

webcam à internet sem fio) como por estratégias mais estabelecidas (conferências, acampamentos, encontros, caravanas, entre outros recursos anteriores ao digital).

Diante da impossibilidade de se construir um consenso ou de serem estabelecidas formas fixas de organização, tal elemento é aqui analisado não como um limite, mas como um potencial para as redes, uma ressignificação do que se entende como *multidão*. O desafio imposto pela diversidade surge mais como uma força que como uma fraqueza, produzindo diálogos em torno de devires, oferecendo resistência a estruturas burocráticas através de um espaço aberto a experiências acidentais e inusitadas. Em suma, fruto de investimentos e trabalhos afetivos de uma inteligência política emotiva e inventiva no terreno digital do *comum*, constituinte das políticas contemporâneas de comunicação.

As redes como amplificação da política

Mobilizado pelos levantamentos ocorridos na Tunísia no final de 2010, que se difundiram de forma viral pelo mundo árabe e por diversos países do mundo, Manuel Castells (2013) identificou um novo padrão de movimentos como expressão das novas formas de mudança social do século XXI, definido como uma “transformação de relações de poder em interação com a transformação da comunicação” (p. 13).

Para o sociólogo espanhol, os movimentos eclodiram nas redes sociais na internet por estas configurarem espaços de autonomia, distanciados do controle dos governos e das empresas que, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação na fundação do seu poder. Neste *espaço público livre*, pessoas de todas as idades e condições sociais formaram redes para além de suas visões pessoais e ligações organizacionais, como “(...) um encontro cego com cada qual, e com o destino que elas queriam forjar, afirmando o seu direito de fazer história – a sua história” (CASTELLS, 2013, p. 20).

Tais movimentos em busca de uma participação sociopolítica sem partido resultariam de uma degradação das condições materiais de vida e de uma crise de legitimidade dos responsáveis pela conduta dos assuntos públicos. Essa combinação é apontada como a mola propulsora de ações coletivas fora dos descredenciados canais institucionais, a fim de defender as exigências dos manifestantes, mudar os responsáveis ou as próprias regras do jogo em que estão inseridos.

Ao comparar os movimentos sociais desenvolvidos ao longo da História aos contemporâneos – mesmo oferecendo uma leitura desses últimos como um redimensionamento, na internet, dos problemas reais de uma sociedade –, Castells (2013)

não nega o papel crítico da comunicação na sua formação e práticas. Porém, afirma que estes se dariam independentemente dos meios de comunicação ou tecnologia de cada época estarem ou não nas suas raízes, “porque as pessoas só podem desafiar a dominação ligando-se umas às outras, partilhando a raiva, sentindo-se unidas, e construindo projectos alternativos para si próprias e para a sociedade em geral” (CASTELLS, 2013, p. 223).

Assim, somos convidados a pensar a qualidade da ação em rede pelo viés dos atores coletivos conectados, que se voltam para a criação de novas formas de vivência em busca de um novo contrato social. As redes, aqui, cumpririam o seu papel de ponte: na transição entre a individualização e a autonomia, permitindo “que actores individuais construam a sua autonomia, com pessoas com interesses semelhantes, nas redes que escolhem”, como fruto da cultura da liberdade que é a internet. “Foi deliberadamente desenhada por cientistas e hackers como uma rede de comunicação descentralizada, capaz de resistir ao controlo de qualquer centro de comando” (CASTELLS, 2013, p. 225).

Isto significa dizer que a internet é vista como uma rede de redes, descentralizada, capaz de maximizar hipóteses de participação nas ações coletivas, ao mesmo tempo em que reduz a vulnerabilidade dos seus membros em relação às ameaças de repressão e aos perigos internos de burocratização e manipulação nos movimentos. “Enquanto esses movimentos normalmente começam nas redes sociais da internet, *eles tornam-se um movimento pela ocupação do espaço urbano*, seja a ocupação das praças públicas ou a persistência das manifestações de rua” (CASTELLS, 2013, p. 217).

Essa lógica observa o espaço do movimento como aquele construído por uma interação do espaço de fluxos da internet e das redes de comunicação sem fios, lado a lado com o espaço físico e os edifícios simbólicos ocupados pela ação de protestos, uma espécie de híbrido entre a interação online e off-line. Porém, o que entendemos por net-ativismo, um fenômeno que surge *em rede e nas redes* (MAGALHÃES, 2018b; DI FELICE, 2010), ficaria restrito aos movimentos que transitam entre a rede e a rua, excluindo outras formas colaborativas. Movimentos hacktivistas como o Anonymous, que atuam através de invasões de sistemas, propagação de vírus eletrônicos, vazamentos e manipulação de dados etc., seriam relegados ao que o sociólogo define como “desafio sem uma base permanente de autonomia no espaço de fluxos é equivalente a activismo descontinuado” (CASTELLS, 2013, p. 217).

Considerações finais

Vimos ao longo deste artigo que nos movimentos que se espalharam por diversas latitudes na última década havia algo mais em comum além da crise da democracia representativa e da crise econômica global. No seio das manifestações em rede estava o que Castells (2013) destaca como “a humilhação provocada pelo cinismo e arrogância dos que estavam no poder, seja financeiro, político e cultural” (p. 21).

Se as instituições de poder seguem em crescente declínio, desafiadas pelos movimentos sociais emergentes, isso mostra que tal poder, antes exercido pelos meios coercitivos (o monopólio da violência, legitimada ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significados na mente das pessoas (através de mecanismos de manipulação simbólica), vem sendo cada vez mais questionado na sociedade em rede. Mas o contrapoder do net-ativismo não focaliza uma disputa de poder em relação às instituições vigentes nem tenta ocupar de forma definitiva cargos e prédios públicos – marcas da disputa histórica entre os partidos de esquerda e direita. Estaria mais próximo de um desafio a todo o sistema político, por mostrarem os seus sinais de colapso.

Esse novo tipo de participação busca superar a pauta de reivindicações para experimentar uma vivência mais interativa, ao mesmo tempo local e global, de uma essência conectiva que interliga humanos, não humanos, toda a biosfera. Contudo, embora Castells (2013) relativize a importância da questão, observamos o net-ativismo não como um fenômeno que se apropria das redes digitais, mas que se constitui em colaboração com estas, em uma lógica horizontal em que elementos de naturezas diversas – tecnoatores, dispositivos de conectividades, big data, redes sociais digitais, algoritmos, etc. – atuam no curso da ação.

Em sua relação com a política, os movimentos net-ativistas contemporâneos concentram-se em desafiar a soberania dos governos, empresas e instituições; visam, como fim, transformar o Estado, não tomar o Estado. Em síntese, compartilham de um modo de agir coletivo, situado por Terranova (2004), Rainie e Wellman (2012), Castells (2013) na dimensão de uma natureza política na qual um grupo de atores sociais, reunidos por um propósito específico, se articula em rede para atingir os seus objetivos.

Esta ideia do ativismo em rede como um agir político observa um homem em ação, articulado com outros homens através de um suporte tecnológico, para sair de uma condição de isolamento e posicionar-se politicamente sobre questões diversas. Em comum com o posicionamento que provocamos aqui, tal abordagem compreende o net-

ativismo como um agir em rede, como uma ação coletiva, impulsionada pela descrença nos valores das instituições que até então ditavam as regras para a base da pirâmide – ordem cada vez mais desestabilizada com o advento da internet, sobretudo em sua fase *web 2.0*, das redes sociais digitais.

Mesmo com o reconhecimento de que a política em tempos de big data já não é como antes, se considerarmos também a ação dos algoritmos e da inteligência artificial nas campanhas políticas e na implementação de políticas públicas, as leituras aqui apresentadas ainda nos levam a observar a espinha dorsal dos movimentos aprisionados nas paredes da participação política. Embora a noção do ativismo em rede restrita aos movimentos sociais digitais – em busca de autonomia, poder e maior sociabilidade – ofereça uma leitura possível, consolidada e amplamente reproduzida no ambiente acadêmico, existem outros caminhos para observar o social conectado.

Um novo olhar sobre a questão do net-ativismo demanda, como ponto de partida, uma ideia de social não mais restrita aos humanos, que evidencie o papel dos não humanos para além de ponte, ferramenta ou suporte das articulações em rede, mas como atores ou *actantes* (LATOUR, 2012; LEMOS, 2013) que inauguram uma nova qualidade da ação em rede, não mais antropocêntrica, mas de uma nova ecologia reticular e conectiva (MAGALHÃES, 2018b). Pois, se a política está em crise, agravada desde o “fim” da modernidade, por que continuamos a ver o homem como sujeito central da ação e a observá-la como unidade de medida de todas as coisas?

Referências

- ARENDDT, H. **O que é política?** Fragmentos das Obras Póstumas compilados por Ursula Ludz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (versão online), 2002.
- BAROCAS, Solon; HOOD, Sophie; ZIEWITZ, Malte. **Governing Algorithms: A Provocation Piece.** In: **Governing Algorithms**, Nova Iorque, March 29, 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2245322>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- DELEUZE, G. & GUATARRI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia (Vol.1).** São Paulo: Editora 34, 1995.
- DIAS, João de Almeida. **Controlo, censura e ansiedade. “Na China todos sabem que estão sempre a ser vigiados”.** In **Observador**, 02-12-2018. Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/controlo-censura-e-ansiedade-na-china-todos-sabem-que-estao-sempre-a-ser-vigiados/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

DI FELICE, M. Mídias Nativas: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim dos pontos de vista centrais. In: ÁLVARES, C.; DAMÁSIO, M. J. (Orgs.). **Teorias e práticas dos media: situando o local no global**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2010, p. 87-105.

GRANVILLE, Kevin. Como a Cambridge Analytica recolheu dados do Facebook. In: **Folha de S. Paulo**, 21-03-2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/como-a-cambridge-analytica-recolheu-dados-do-facebook.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEMONS, A. **A comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LYOTARD, J. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MAGALHÃES, M. E quando todo poder emanar dos dados? Uma entrevista sobre datacracia com Derrick de Kerckhove. In: **Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, 2018a, p. 15-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2018.v12.21567>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MAGALHÃES, M. **Net-Ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais**. Lisboa: Coleção ICNOVA, 2018b.

MAYER-SCHONBERGER, V. & CUKIER, K. **Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think**. London: John Murray, 2013.

ORSI, S.; RIBAS, L. Quem são os algoritmos? In: MAGALHÃES, M. et al. (Orgs.). **Constelações do Ativismo em Rede**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2018, p. 56-66.

RAINIE, L. & WELLMAN, B. **Networked: the new social operating system**. Cambridge: MIT Press, 2012.

SILVEIRA, S. A. Governo dos Algoritmos. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 1, 2017, p.267-281. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6123>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

TERRANOVA, T. **Network Culture: Politics for the information age**. London: Pluto Press, 2004.

VATTIMO, G. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.